

*L       E       I       nº 3.326/2013*

Data : 27 de junho de 2013.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à empresa **NHS SPORTS EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

*L       E       I*

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel urbano à empresa **NHS SPORTS EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.809.832/0001-77, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 299, Vila Macedo, nesta cidade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data de vigência desta Lei, contendo 24.009,31 m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil, nove metros e trinta e um centímetros quadrados), com a seguinte descrição: "inicia-se no ponto de nº 01 situado no entroncamento da faixa de domínio da PR 436 com a faixa de domínio do Contorno da BR 369 designado de Rodovia PR 855, ai segue numa distancia de 54,96 (cinquenta e quatro metros e noventa e seis centímetros) paralela a Rodovia PR 855 até o ponto de nº 02, onde deflete a direita e segue numa distancia de 21,00 metros (vinte e um metros) até o ponto de nº 03, ai deflete a esquerda e segue numa distancia de 56,91 metros (cinquenta e seis metros e noventa e um centímetros) confrontando com a parte interna do terreno até o ponto de nº 04, ai deflete a esquerda e segue numa distancia de 231,63 metros (duzentos e trinta e um metros e sessenta e três centímetros) confrontando com a parte interna do terreno até o ponto de nº 05, ai deflete a esquerda e segue numa distancia de 104,46 metros (cento e quatro metros e quarenta e seis centímetros) confrontando com a faixa de domínio da linha de alta tensão da COPEL até o ponto de nº 06, ai deflete a esquerda e segue numa distancia de 210,88 metros (duzentos e dez metros e oitenta e oito centímetros) confrontando com a parte interna do terreno até o ponto de nº 01, retornando ao ponto inicial, fechando assim um polígono irregular com área total de 24.009,31 m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil, nove metros e trinta e um centímetros quadrados), destacado de uma área maior, a que se refere a Transcrição nº 584. do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-44.656,93 (quarenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos).

Art. 2º - O imóvel objeto desta concessão de direito real de uso, autorizada por esta lei, destina-se à edificação de 01 (um) Centro Esportivo e de Lazer, composto por campos Society de Grama Sintética providos de iluminação e infraestrutura adequada para a prática desportiva de futebol feminino e masculino, para funcionamento de espaço comercial de locação e de treinamento, Escolinha de Futebol denominada "N9", Hotel comercial e de serviços com acomodações para até 120 (cento e vinte) pessoas e Centro de

Eventos com capacidade para acomodação de no mínimo 500 (quinhentas) pessoas, estacionamento e outros.

Art. 3º - Fica, igualmente, o Poder Executivo Municipal autorizar a efetuar a terraplanagem no imóvel, objeto desta Lei.

Art. 4º - A cessionária deverá iniciar a construção no prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da vigência da presente Lei, e concluí-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a concessão de direito real de uso e reverter o imóvel ao concedente, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para a concessionária a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

Art. 5º - A mudança da destinação do imóvel, antes de expirado o prazo estabelecido no art. 5º, desta lei, dependerá de prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 6º - O imóvel concedido não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, sequestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário, antes do prazo de 05 anos, de acordo com a Lei de Incentivo Empresarial nº 2.113/98, de 27/11/98.

Parágrafo Único - A cessionária se obriga a manter, após a conclusão da edificação, a geração de no mínimo 60 (sessenta) empregos diretos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 27 de junho de 2013.

*Celso Benedito da Silva*  
Prefeito Municipal